



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MINAS NOVAS - FMS MINAS NOVAS

Município: MINAS NOVAS/MG



Sumário

I - DADOS BÁSICOS	3
II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES	3
III - INTRODUÇÃO	3
IV - METODOLOGIA	4
V - CONSTATAÇÕES	6
VI - PROPOSIÇÃO DA DEVOLUÇÃO	27
VII - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO	30
VIII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO	30
IX - CONCLUSÃO	30
X - FOLHA DE ASSINATURA	32





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Programada

Entidade Responsável: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MINAS NOVAS - FMS MINAS NOVAS

CPF/CNPJ: 97.535.949/0001-28

Município/UF: MINAS NOVAS-MG

Unidade Visitada: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MINAS NOVAS - FMS MINAS NOVAS

CPF/CNPJ: 97.535.949/0001-28

Município/UF: MINAS NOVAS/MG

Demandante: Componente Estadual do SNA

Forma: Direta

Objeto: Controle, Avaliação e Auditoria

Abrangência: Janeiro/2022 a maio/2023

Gestão do Prestador: Plena

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	14/02/2023	05/05/2023
Execução - In loco	09/05/2023	11/05/2023
Relatório	15/05/2023	05/06/2023

Tarefa Nº: 147560

Natureza da Entidade: Municipal

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

III - INTRODUÇÃO

FATOR DESENCADEANTE

Trata-se de ação de Auditoria Programada em atendimento ao Plano Anual de Auditoria de 2023, que propõe a realização de auditoria nos municípios que assumiram a gestão de seus prestadores de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS), verificando o atendimento aos critérios estabelecidos no Anexo I da Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.349, de 17 de março de 2021.

Este processo foi desencadeado pelo Memorando SES/AUDSUS Nº 52/2023, de 03/03/2023, que designa auditores da Assessoria Regional de Auditoria Assistencial (ARAS) Jequitinhonha (Superintendência Regional de Saúde de Diamantina) para realização da auditoria programada na Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Minas Novas.

OBJETIVO E ESCOPO

Avaliar se o Componente Municipal de Auditoria (CMA), o Serviço Municipal de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA) e o Fundo Municipal de Saúde (FMS) da SMS de Minas Novas estão adequadamente organizados para atender às atribuições relativas à seleção, cadastramento, contratação, regulação, controle, avaliação, auditoria e pagamento dos prestadores, tendo em vista a publicação da Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.349, de 17 de março de 2021.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



O período de abrangência desta auditoria é referente a janeiro/2022 a maio/2023.

CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DA AUDITORIA

O município de Minas Novas situa-se no Vale do Jequitinhonha, a 512,8 km de distância da capital Belo Horizonte. Localiza-se na Macrorregião de Saúde Jequitinhonha e na Microrregião Turmalina/Minas Novas/Capelinha (PDR-SUS/MG 2019). Segundo estimativa do Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE), sua população era de 31.509 habitantes, no ano de 2021, sendo essa população distribuída por uma área de 1.812,40 km² (IBGE/2021). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Minas Novas é de 0,633, o que situa esse município na faixa de desenvolvimento humano médio (Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil/2013).

Minas Novas assumiu a gestão dos seus prestadores, por meio da Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.019, de 23/10/2019, com efeitos financeiros a partir de dezembro de 2019.

O município possui vinte e uma unidades de saúde cadastradas sob gestão municipal e que constituem a rede pública de saúde, entre as quais se destaca a presença de: 07 Unidades Básicas de Saúde, 02 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), um Laboratório de Prótese Dentária, uma Policlínica Municipal e um hospital privado conveniado ao SUS, o Hospital Dr. Badaró Júnior (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, em 22/03/2023).

O Hospital Dr. Badaró Júnior é uma entidade sem fins lucrativos, que possui 64 leitos cadastrados no CNES, sendo 45 disponibilizados ao SUS. Esses leitos estão distribuídos nas seguintes especialidades: clínica geral, clínica cirúrgica, saúde mental, ginecologia, obstetrícia e pediatria (CNES, 22/03/2023).

Ressalta-se que a legislação utilizada para avaliação do contrato firmado entre a SMS e o referido Hospital foi a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, uma vez que o contrato foi assinado em novembro/2019.

IV - METODOLOGIA

FASE ANALÍTICA

- Análise do processo principal desta auditoria - SEI nº 1320.01.0134746/2021-35;
- Análise do processo da pasta de papéis de trabalho desta auditoria - SEI 1320.01.0134747/2021-08;
- Verificação das matrizes de análise e de coleta de informações de auditoria;
- Levantamento e estudo das legislações referentes ao município auditado e aos objetos de auditoria, principalmente, as que constam nos critérios da matriz de análise de informações de auditoria;
- Análise de relatórios extraídos do CNES, referentes ao município de Minas Novas, acessados em 22/03/2023;
- Análise de Relatórios da PPI assistencial do Município de Minas Novas, disponíveis no site: <http://ppiassistencial.saude.mg.gov.br/consulta-ppi>;
- Análise do Relatório do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil/Minas Novas/2013;
- Elaboração do cronograma de auditoria;
- Envio do Ofício SES/AUDSUS n.º 209/2023, de comunicação de auditoria e solicitação dos seguintes documentos ao auditado:

Serviço de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA):

1. Relatórios dos processamentos do SIA-SUS e do SIH-SUS, das últimas três competências processadas;
2. Relatórios, planilhas, cronogramas e atas de reuniões que demonstrem o processo de programação, processamento e pagamento dos procedimentos ambulatoriais e hospitalares, por estabelecimento de saúde, das últimas três competências processadas;
3. Espelhos de AIH e APAC autorizadas, de casos eletivos e de urgências, das últimas três competências processadas;
4. Relação de municípios e de prestadores de referência conforme PPI, do período de abrangência (janeiro/2022 a maio/2023);
5. Relação de municípios que referenciam para a SMS conforme PPI, com os respectivos procedimentos referenciados no período de abrangência;
6. Relatórios do SUS-Fácil dos usuários referenciados para Minas Novas (internações realizadas): de janeiro a março de 2023;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



7. Registros de encaminhamento dos municípios para realização de procedimentos hospitalares/ambulatorial disponíveis em seu território: de janeiro a março de 2023;
8. Protocolos Clínicos / Diretrizes Clínicas / Linhas de Cuidados implantados no município;
9. Documentos que comprovem a divulgação e capacitação dos profissionais do Serviço de Controle e Avaliação e dos profissionais das unidades de saúde em relação aos protocolos clínicos/diretrizes terapêuticas;
10. Protocolos de Regulação do Acesso implantados no município;
11. Documentos que comprovem a elaboração, discussão, aprovação, divulgação e capacitação dos servidores do SRCA e dos profissionais das unidades de saúde em relação aos protocolos de Regulação de Acesso;
12. Documentos que comprovem que as equipes de Regulação, Controle e Avaliação são capacitadas de forma permanente (cronogramas de capacitação, materiais didáticos, listas de presença, certificados, etc.);
13. Documentos que comprovem que as equipes de Regulação, Controle e Avaliação capacitam os profissionais das unidades de saúde de forma permanente (cronogramas de capacitação, materiais didáticos, listas de presença, certificados, etc.);
14. Agendas/planilhas de marcação de procedimentos ambulatoriais (consultas e exames especializados) e hospitalares disponíveis no seu território do período de janeiro a março de 2023;
15. Agendas/planilhas de marcação de procedimentos ambulatoriais (consultas e exames especializados) e hospitalares disponíveis em outros municípios, do período de janeiro a março de 2023;
16. Listas de espera (municípios no próprio território) para procedimentos ambulatoriais e hospitalares;
17. Listas de espera (municípios referenciados a outros municípios) para procedimentos ambulatoriais e hospitalares;
18. Relatórios que demonstrem a ocorrência de contra referência de seus municípios, de janeiro a março de 2023;
19. Lista de usuários referenciados por outros municípios para Minas Novas, do período de janeiro a março de 2023;
20. Controle das cotas dos procedimentos especializados que são disponibilizados à população de referência por município de origem, de janeiro a março de 2023;
21. Documentos técnicos que subsidiem a revisão da PPI (controle de Cotas, atas de reuniões da Referência Técnica do SRCA e SMS e outros documentos que comprovem a revisão periódica da PPI);
22. Fichas de Programação Orçamentária (FPO) por estabelecimento de saúde, das últimas três competências;
23. Lista de Autorizador(es) de internações hospitalares (AIH), com o respectivo vínculo funcional e nome(s) do(s) estabelecimento(s) o(s) qual(is) o mesmo é responsável pelas autorizações;
24. Documentos que comprovem a formação dos profissionais autorizadores de AIH e APAC (diploma, declaração de conclusão de curso, Registro em Conselho de Classe);
25. Ato de designação do(s) profissional(is) responsável(s) pela autorização de APAC;
26. Norma municipal que estabelece o prazo máximo para que sejam concedidas as autorizações de AIH e APAC, tanto para casos eletivos como para as urgências;
27. Registros que demonstrem que a SMS monitora, fiscaliza e avalia a execução dos procedimentos realizados nos estabelecimentos por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial (relatórios de monitoramento, fiscalização e avaliação; atas de reuniões; relatórios de visitas; relatórios analíticos da execução e de indicadores; Pareceres e/ou Relatórios emitidos pelos Profissionais Autorizadores; relatórios quadrimestrais conforme contrato);
28. Ato formal de nomeação da Comissão de Acompanhamento da Contratualização da Unidade Hospitalar contratada pelo município;
29. Publicação no Diário Oficial (ou equivalente) com a composição da Comissão de Acompanhamento da Contratualização;
30. Documentação comprobatória das atividades desenvolvidas pela Comissão de Acompanhamento da Contratualização (atas, relatórios, planilhas e outros);
31. Ato formal de nomeação da Comissão Municipal Responsável pelo TFD;
32. Processos de concessão/pagamento de TFD (notas de empenho/notas fiscais/comprovantes de atendimento/passagens) dos pacientes que receberam ajuda de custo: de outubro/2022 a março de 2023;
33. Extratos da conta utilizada para pagamento do TFD e registros de movimentação bancária, de outubro/2022 a março de 2023;
34. Comprovantes das marcações de TFD, com nome da unidade de atendimento no período de: janeiro e março/2023;
35. Relação de passageiros encaminhados nos veículos próprios da Secretaria de Saúde para Tratamento Fora de Domicílio, do período de janeiro e março/2023.

Fundo Municipal de Saúde (FMS):



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



36. Ato legal de nomeação do atual Gestor Municipal de Saúde;
37. Ato de designação do atual Gestor Municipal de Saúde como ordenador de despesa;
38. Lei Municipal que cria o Fundo Municipal de Saúde (FMS);
39. Lei Orçamentária Anual dos exercícios de 2022 e 2023;
40. Quadro Demonstrativo da Despesa (QDD) do FMS dos exercícios de 2022 e 2023;
41. Notas de Empenhos (N.E) do período de janeiro a março de 2023;
42. Relação das contas correntes do FMS (contendo a especificação de cada conta);
43. Extratos bancários da conta corrente de movimentação dos recursos da contrapartida municipal, de janeiro/2022 a março de 2023;
44. Contratos e/ou convênios formalizados com o(s) prestador(es) de serviço(s) hospitalar(es) vigente(s);
45. Processos licitatórios referentes aos contratos e/ou convênios formalizados com o(s) prestador(es) de serviço(s) hospitalar(es);
46. Ato normativo de designação da comissão de licitação referentes aos processos licitatórios referentes aos contratos e/ou convênios formalizados com o(s) prestador(es) de serviço(s) hospitalar(es).

Componente Municipal de Auditoria (CMA):

47. Ato legal de criação do Componente Municipal de Auditoria;
48. Regulamento e/ou protocolo de atuação do Componente Municipal de Auditoria;
49. Organograma da SMS;
50. Ato(s) de designação e/ou nomeação do(s) profissional(is) auditores;
51. Registros das ações realizadas, incluindo Relatórios de Auditoria, Relatórios de Visitas, Pareceres Técnicos e/ou outros, dos anos de 2022 e 2023;
52. Expedientes emitidos com o encaminhamento do relatório concedendo a oportunidade de manifestação do auditado frente o Relatório de Auditoria, dos anos de 2022 e 2023.
53. Expedientes emitidos com o encaminhamento do relatório aos órgãos de controle interno e externo, dos anos de 2022 e 2023.
54. Inventário da estrutura (mobiliário e equipamentos) do setor de Auditoria.

- Análise dos documentos enviados pelo auditado, em resposta ao Ofício SES/AUDSUS n.º 209/2023 (Comunicadp de auditoria).

FASE OPERATIVA

A auditoria operativa foi realizada no período de 09 a 11/05/2023. A equipe de auditores da SES-MG apresentou-se na Secretaria Municipal de Saúde de Minas Novas às 08h00min do dia 09/05/2023. Posteriormente a equipe foi conduzida para a sala de reuniões do CAPS, onde foi realizada a reunião de abertura da auditoria, visando explicar o objetivo da auditoria e conferir a documentação solicitada, por meio do Ofício SES/AUDSUS Nº 209/2023, de 14/04/2023 (Comunicação de Auditoria). Essa reunião contou com a presença da equipe de auditores, bem como do Secretário de Saúde (Sr. R.L.S), do médico que atua no setor de Regulação (Sr. T.P.J.), da Coordenadora de Atenção Especializada (Sra. R.B.S.), da enfermeira que atua no setor de Regulação (Sra. G.R.D.) e da Assessora Jurídica da SMS (Sra. B.L.C.).

As atividades da fase operativa ocorreram na sede da SMS, no Setor de TFD, bem como no Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal. Tais atividades consistiram na avaliação de documentos (sendo alguns copiados para análises posteriores) e na realização de oitivas com profissionais da SMS.

A reunião de encerramento dos trabalhos de auditoria ocorreu na sala de reuniões do CAPS, no dia 11/05/2023, às 14h15min e contou com a presença da equipe de auditores, do Secretário de Saúde e da Assessora Jurídica da SMS.

LIMITAÇÃO

Não houve limitações aos trabalhos de auditoria.

V - CONSTATAÇÕES

Grupo: Sistema Nacional de Auditoria

Constatação Nº: 665667



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Subgrupo: Estrutura

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: Não existe Componente Municipal de Auditoria implantado.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que não existe Componente Municipal de Auditoria (CMA) implantado em Minas Novas e que a Secretaria Municipal de Saúde não realiza nenhuma ação de Auditoria.

Não foram apresentados à Equipe de Auditoria: o Organograma da SMS Minas Novas, constando o CMA, o Regulamento Interno da Auditoria, o Ato legal de criação do CMA e o(s) Ato(s) de designação e/ou nomeação do(s) profissional(is) auditor(es).

Além disso, não foram apresentados registros das ações realizadas pelo CMA, como Relatórios de Auditoria, Relatórios de Visitas, Pareceres Técnicos e/ou outros que demonstrem a atuação efetiva do CMA no Sistema Municipal de Saúde de Minas Novas.

Em relação à infraestrutura necessária ao funcionamento do CMA, não foi demonstrada a existência de espaço de trabalho definido, infraestrutura de informática composta de computadores, acesso à internet e impressora, linha telefônica; além de meio de transporte para execução das atividades.

Tal fato está em desacordo com a Lei nº 8.689/1993, Artigo 6º, § 2º; com o Decreto nº 1.651/1995, Artigo 1º, Artigo 4º, caput e §3º; com a Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.349/2021, Anexo Único, Observação; com o Manual: Orientação para Implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria do SUS - Série Auditoria do SUS - Volume 3 - Brasília/DF MS/2014, Item: O que caracteriza um Componente do SNA Estruturado, pag. 28 e com o Manual: Auditoria do SUS-Orientações Básicas, MS/2011, Item 4: Requisitos básicos para implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria, pag. 35.

Fonte da Evidência: * Ofício nº 140-2023/SMS, de 10/05/2023 - Itens faltantes do Anexo I - Relação de Documentos do Comunicado de Auditoria - Ofício SES/AUDSUS nº. 209/2023, de 14/04/2023.

* Termo de Entrevista com o Secretário Municipal de Saúde, R.L.S., de 11/05/2023.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício nº 260-2023/SMS, datado de 29/12/2023, o Sr. R.L.S. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Minas Novas) se manifestou da seguinte forma:

O Componente Municipal de Auditoria será implementado no exercício de 2024, com previsão para o primeiro semestre.

Análise da Justificativa: Em sua justificativa, o auditado demonstra a intenção de regularizar a não conformidade constatada, implantando o Componente Municipal de Auditoria em 2024. Entretanto não apresenta documentação comprobatória de que a correção da não conformidade está em curso ou foi efetivada.

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MINAS NOVAS - FMS MINAS NOVAS	97 535.949/0001-28

Recomendação: Implantar o Componente Municipal de Auditoria em Minas Novas, contemplando:

- A inclusão do CMA no Organograma da SMS de Minas Novas; a elaboração de Regulamento Interno da Auditoria; a publicação de ato legal de criação do CMA, bem como a designação e/ou nomeação do(s) profissional(is) auditor(es).
- A disponibilização da infraestrutura necessária ao funcionamento do CMA (espaço de trabalho definido, infraestrutura de informática composta de computadores, acesso à internet e impressora, linha telefônica; além de meio de transporte para execução das atividades);



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- A realização e o registro de ações de auditoria, por meio de Relatórios de Auditoria, Relatórios de Visitas, Pareceres Técnicos e/ou outros, conforme previsto na Lei nº 8.689/1993, Artigo 6º, § 2º; no Decreto nº 1.651/1995, Artigo 1º, Artigo 4º, caput e §3º; na Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.349/2021, Anexo Único, Observação; no Manual: Orientação para Implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria do SUS - Série Auditoria do SUS - Volume 3 - Brasília/DF MS/2014, Item: O que caracteriza um Componente do SNA Estruturado, pag. 28 e no Manual: Auditoria do SUS-Orientações Básicas, MS/2011, Item 4: Requisitos básicos para implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria, pag. 35.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MINAS NOVAS - FMS MINAS NOVAS	97.535.949/0001-28

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 666456

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Acesso/Atendimento à Demanda

Constatação: O SCRA não adotou protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas para uso na regulação do acesso e na gestão das filas de espera.

Evidência: Durante auditoria não foram entregues registros que comprovem a elaboração, pactuação e adoção de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas, para uso na regulação do acesso e na gestão das filas de espera, bem como não foram apresentados documentos que demonstrem que esses Protocolos estão estabelecidos na Secretaria Municipal de Saúde de Minas Novas.

Ademais, em Entrevista, a responsável pelo SCRA, a Sra. R.B.S., e o Gestor de Saúde, Sr. R.L.S., confirmaram que tais protocolos não foram implantados.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, Art.10, §3º, inciso III e Art. 10, Caput, Inciso VI e com o Guia de Governança e Gestão em Saúde - Tribunal de Contas da União, Cap. 4. Gestão Pública em Saúde - Secretarias de Saúde, pág.78, item de controle MAC 4.7.

Fonte da Evidência: * Termo de Entrevista da Responsável pelo SCRA, Sra. R.B.S., em 09/05/23;

* Termo de Entrevista com o Secretário Municipal de Saúde, Sr. R.L.S., de 11/05/2023.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício nº 260-2023/SMS, datado de 29/12/2023, o Sr. R.L.S. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Minas Novas) se manifestou da seguinte forma:

O serviço municipal de controle regulação e avaliação adotou protocolos que foram disponibilizados aos funcionários, entre eles médicos e enfermeiros, de forma impressa. Ressalta-se que, uma cópia do Protocolo foi disponibilizada para avaliação da auditoria. Houve também uma discussão do médico regulador com os auditores referente ao modo de elaboração dos protocolos e as referências utilizadas, oportunidade em que foi explicado, que os protocolos utilizados são utilizados em outros Estados, devido à falta de protocolos estaduais. Esta também foi uma escolha devido à grande quantidade de especialidades inseridas no protocolo.

Análise da Justificativa: Foi apresentada uma cópia do Protocolo de regulação do acesso a consultas e exames especializados da Prefeitura Municipal de Minas Novas, Secretaria Municipal de Saúde, Central de Regulação de Consulta e Exames especializados, 1ª Versão - 2023. Entretanto, não foram apresentados protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas para uso na regulação do acesso e na gestão das filas de espera, o que confirma a inexistência desses protocolos e indica que a não conformidade não foi sanada.

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que as justificativas não são suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MINAS NOVAS - FMS MINAS NOVAS	97 535.949/0001-28

Recomendação: Implantar protocolo clínico para uso na regulação do acesso e gestão das filas de espera, bem como divulgar e capacitar os profissionais da rede em relação ao mesmo, conforme previsto na Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, Art.10, §3º, inciso III e Art. 10, Caput, Inciso VI e no Guia de Governança e Gestão em Saúde - Tribunal de Contas da União, Cap. 4. Gestão Pública em Saúde - Secretarias de Saúde, pág.78, item de controle MAC 4.7.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MINAS NOVAS - FMS MINAS NOVAS	97 535.949/0001-28

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade **Constatação Nº:** 666459

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Acesso/Atendimento à Demanda

Constatação: O SCRA não utiliza protocolos de regulação de acesso.

Evidência: Durante a auditoria, foi apresentado o Protocolo de Regulação do Acesso/Prefeitura Municipal de Minas Novas-SMS-Central de Regulação de Consultas e Exames Especializados - Versão 2023. Contudo, não foram apresentados registros, nem documentos que comprovem a divulgação e a ocorrência de capacitações para a utilização desses protocolos, tanto para os servidores do SCRA, quanto para os profissionais das Unidades de Saúde do município.

Não foi verificada a existência de fluxos pré-estabelecidos para acesso do paciente aos pontos da Rede de Atenção à Saúde, bem como documentos que apresentem o processo da regulação do acesso, para gestão de fila de espera, com base em critérios de classificação das prioridades do atendimento.

Os documentos apresentados não indicam que protocolos de regulação estão estabelecidos na SMS, bem como que a equipe do SCRA segue fluxos de regulação previstos em protocolo.

Em Entrevista, a responsável pelo SCRA, a Sra. R.B.S., e o Gestor de Saúde, o Sr. R.L.S, confirmaram que o SCRA ainda não utiliza protocolos de regulação de acesso.

Tal fato está em desacordo com a Resolução de Consolidação CIT Nº 1, de 30 de março de 2021, Anexo III, Item 4.1.f., Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art.4º, Inciso V; Art.8º, §1º, Inciso IV; Art.10, Caput, Inciso VI; §3º, Inciso III e o Guia de Governança e Gestão em Saúde - Tribunal de Contas da União, Cap. 4º, Gestão Pública em Saúde, Secretarias de Saúde, pág.78, item de controle MAC 4.6.

Fonte da Evidência: * Termo de Entrevista da Responsável pelo SCRA, Sra. R. B.S., em 09/05/23;
* Termo de Entrevista com o Secretário Municipal de Saúde, Sr. R.L.S., de 11/05/2023.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício nº 260-2023/SMS, datado de 29/12/2023, o Sr. R.L.S. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Minas Novas) se manifestou da seguinte forma:

O Município utiliza Protocolos, bem como se propõe manter atualização permanente do Protocolo, com ajustes necessários conforme demanda e oferta.

Foi apresentada uma cópia do Protocolo de regulação do acesso a consultas e exames especializados da Prefeitura Municipal de Minas Novas, Secretaria Municipal de Saúde, Central de Regulação de Consulta e Exames especializados, 1ª Versão -2023.

Análise da Justificativa: O auditado manifestou afirmando que utiliza protocolo e apresentou uma cópia do Protocolo de regulação do



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



acesso a consultas e exames especializados da Prefeitura Municipal de Minas Novas, Secretaria Municipal de Saúde, Central de Regulação de Consulta e Exames especializados, 1ª Versão -2023. Contudo, não foram apresentados documentos que comprovem que esse protocolo foi efetivamente implantado, nem que houve discussão/divulgação e capacitação dos diversos profissionais da rede em relação ao mesmo.

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MINAS NOVAS - FMS MINAS NOVAS	97 535.949/0001-28

Recomendação: Implantar protocolo de regulação do acesso, bem como divulgar e capacitar os profissionais da rede em relação ao mesmo, conforme previsto na Resolução de Consolidação CIT N° 1, de 30 de março de 2021, Anexo III, Item 4.1.f., na Portaria de Consolidação N° 2/2017, Anexo XXVI, Art.4º, Inciso V; Art.8º, §1º, Inciso IV; Art.10, Caput, Inciso VI; §3º, Inciso III e no Guia de Governança e Gestão em Saúde - Tribunal de Contas da União, Cap. 4º, Gestão Pública em Saúde, Secretarias de Saúde, pág.78, item de controle MAC 4.6.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MINAS NOVAS - FMS MINAS NOVAS	97 535.949/0001-28

Grupo: Gestão do Trabalho e Educação em Saúde

Constatação N°: 666460

Subgrupo: Educação em Saúde

Item: Implementação da Política Nacional de Educação Permanente

Constatação: O SCRA não capacita de forma permanente as equipes das unidades de saúde.

Evidência: Não foram apresentados cronogramas de capacitações regulares, que indiquem a existência de um planejamento de ações de educação permanente desenvolvido pelo SCRA para as equipes das unidades de saúde do município, assim como não foram apresentados documentos comprobatórios da realização de tais capacitações, como: materiais didáticos, listas de presença, certificados e outros.

Em Entrevista, a responsável pelo SCRA, a Sra. R.B.S., confirmou que não existe capacitação, de forma permanente, para as equipes das unidades de saúde.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação N° 2/2017, Anexo XXVI, Art. 8º, §1º, Inciso VII e Art. 10, §3º, Inciso II.

Fonte da Evidência: *Termo de Declaração da Responsável pelo SCRA, Sra. R.B.S., em 09/05/2023;

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício nº 260-2023/SMS, datado de 29/12/2023, o Sr. R.L.S. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Minas Novas) se manifestou da seguinte forma:

As capacitações dos médicos e enfermeiros, em regra, são realizadas junto com outras atividades. Esta escolha foi feita devido à dificuldade de deslocamento desses profissionais para capacitação, visto que a maioria destes trabalham na zona rural a mais de 40 km da sede do município. Desta forma, várias atividades realizadas no mesmo dia, implicam em menos dano nos atendimentos habituais. No ano de 2023, foram feitas algumas reuniões com a finalidade de apresentação do protocolo, assim como a exposição dos serviços prestados da nossa oferta e da nossa demanda de exames e consultas especializadas. O projeto do Município para o próximo ano, visa a realização dessas capacitações online, ao final do expediente de trabalho, para assim aumentarmos a frequência e diminuirmos o impacto da ausência



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



desses profissionais em seus postos de trabalho.

Análise da Justificativa: O auditado informou que capacitações dos médicos e enfermeiros foram realizadas presencialmente e que, a partir de 2024, serão realizadas online, ao final do expediente, para assim aumentar a frequência e diminuir o impacto da ausência desses profissionais em seus postos de trabalho. Entretanto, não apresentou documentos comprobatórios de que o SCRA capacita de forma permanente as equipes das unidades de saúde, tais como: planejamento anual das atividades, cronograma de capacitações e comprovantes da realização das mesmas (materiais didáticos, listas de presença, certificados e outros).

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MINAS NOVAS - FMS MINAS NOVAS	97 535.949/0001-28

Recomendação: Garantir que o SCRA capacite de forma permanente as equipes das unidades de saúde, bem como manter documentação comprobatória dessa ação, tais como: planejamento anual das atividades, cronograma de capacitações e comprovantes da realização das mesmas (materiais didáticos, listas de presença, certificados e outros), conforme previsto na Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 8º, §1º, Inciso VII e Art. 10, §3º, Inciso II.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MINAS NOVAS - FMS MINAS NOVAS	97 535.949/0001-28

Grupo: Gestão do Trabalho e Educação em Saúde **Constatação Nº:** 666461

Subgrupo: Educação em Saúde

Item: Implementação da Política Nacional de Educação Permanente

Constatação: As equipes de Regulação, Controle e Avaliação não são capacitadas de forma permanente.

Evidência: Não foi apresentado um cronograma de capacitações regulares voltadas para as equipes do SCRA, assim como não foram apresentados documentos comprobatórios da participação dos profissionais do SCRA em capacitações, como materiais didáticos, listas de presença, certificados e outros.

Em Entrevista, a responsável pelo SCRA, a Sra. R.B.S., confirmou que não existe capacitação, de forma permanente, para as Equipes de Regulação, Controle e Avaliação.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, Caput, Inciso V.

Fonte da Evidência: *Termo de Entrevista da Responsável pelo SCRA, Sra. R.B.S., em 09/05/2023.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício nº 260-2023/SMS, datado de 29/12/2023, o Sr. R.L.S. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Minas Novas) se manifestou da seguinte forma:

As capacitações das equipes de Regulação, Controle e Avaliação estão programadas para o próximo ano, com início em janeiro.

Análise da Justificativa: O auditado informou que as capacitações das equipes de Regulação, Controle e Avaliação estão programadas para o ano de 2024, com início em janeiro. Contudo, não apresentou documentos como: planejamento anual das atividades de capacitação ou cronograma das ações a partir de janeiro de 2024. Também não apresentou documento comprobatório da ocorrência de alguma iniciativa referente à implantação dessas atividades, como atas de reuniões, por exemplo.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MINAS NOVAS - FMS MINAS NOVAS	97 535.949/0001-28

Recomendação: Garantir que as equipes de Regulação, Controle e Avaliação sejam capacitadas de forma permanente, bem como manter documentos comprobatórios dessa ação, tais como o planejamento anual das atividades, o cronograma de capacitações e os comprovantes da realização das mesmas (materiais didáticos, listas de presença, certificados e outros), conforme previsto na Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, Caput, Inciso V.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MINAS NOVAS - FMS MINAS NOVAS	97 535.949/0001-28

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 666722

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde não executa o controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que existem agendas/planilhas de marcação de procedimentos ambulatoriais e hospitalares (consultas, exames e cirurgias) disponibilizados aos usuários de Minas Novas em seu próprio território, assim como documentos relacionados à demanda reprimida para tais procedimentos.

São oferecidos procedimentos pela Programação Pactuada Integrada (PPI) e por contratos específicos firmados entre a SMS e os prestadores de serviços. Dentre eles estão: consultas com especialistas realizadas na Policlínica (neurologista, ortopedista, pneumologista, urologista e cirurgião geral), exames de endoscopia e cirurgias realizadas no Hospital Dr. Badaró Júnior.

Também são oferecidos exames de raios X e exames laboratoriais no Hospital Dr. Badaró Júnior, sendo esses procedimentos encaminhados diretamente pelas Equipes de Saúde da Família para o Hospital, por cotas pré-estabelecidas, não havendo intermédio da SMS para as marcações.

Constatou-se que não ocorre controle dos procedimentos oferecidos à população pela PPI (quantidades ou valores disponíveis e utilizados). Além disso, constatou-se que as agendas/planilhas de marcação e as listas de espera não estão organizadas com base em critérios estabelecidos em Protocolos Clínicos e de Regulação de Acesso, uma vez que o município não possui esses instrumentos implantados.

Existe um processo de regulação realizado por um médico e uma enfermeira da SMS. Esses profissionais definem os pacientes que serão atendidos de acordo com o número de vagas disponíveis para os procedimentos. As demandas dos procedimentos são organizadas em pastas de acordo com as especialidades, sendo que para algumas existe organização pela ordem de prioridade já definida pela enfermeira e pelo médico regulador; mas para outras, ainda não existe essa organização, sendo essas pastas vistoriadas a cada vez que surgem vagas para atendimento.

Tal fato está em desacordo com a Resolução de Consolidação CIT Nº 1/2021, Anexo III, item 4.1.j; com a Portaria de



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, art.5º, inciso II e Art. 10, §3º, Inciso II.

Fonte da Evidência: * Agendas/planilhas de marcação de procedimentos ambulatoriais e hospitalares (consultas, exames e cirurgias) disponibilizados aos usuários de Minas Novas em seu próprio território e listas de espera para tais procedimentos, verificadas in loco e cópia de uma amostra;

*Relatórios extraídos do site da PPI/MG, da competência 04/2023. Foco de pesquisa: Origem - Minas Novas; Discriminar por: Procedimento/Município; Atendimento: Minas Novas. Disponíveis em: <http://ppiassistencial.saude.mg.gov.br/consulta-ppi>;

*Comprovantes do processo de regulação realizado no município, em 2023, verificados in loco e cópia de uma amostra;

* Termo de Entrevista do Sr. R.L.S., Secretário Municipal de Saúde, de 11/05/2023;

* Termo de Entrevista da Sra. E.C.G., responsável pelo Serviço de Tratamento Fora do Domicílio (TFD), de 11/05/2023.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício nº 260-2023/SMS, datado de 29/12/2023, o Sr. R.L.S. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Minas Novas) se manifestou da seguinte forma:

A Secretaria Municipal de Saúde possui sistema com a finalidade de controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no território, bem como equipe de regulação (auxiliar administrativo, enfermeiro e médico regulador) para análise das solicitações de consultas especializadas, exames de média e alta complexidade, cirurgias eletivas e encaminhamento para tratamento fora do domicílio, em seguida é realizada a regulação para o agendamento conforme a cota disponibilizada na PPI, no CISAJE e prestadores de serviços no Município. Quanto aos exames de raios X e exames laboratoriais, é preestabelecida cota pela SMS e repassada às Equipes de Estratégia da Família.

Análise da Justificativa: O auditado informou que a Secretaria Municipal de Saúde executa o controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território, por meio de um sistema, contudo não apresentou relatórios provenientes desse sistema comprovando que o mesmo permite a realização do controle do acesso. Ademais não apresentou documentação comprobatória de que a equipe de regulação realiza o controle dos procedimentos oferecidos à população pela PPI (quantidades ou valores disponíveis e utilizados), bem como utiliza Protocolos Clínicos e de Regulação de Acesso, para organização das agendas/planilhas de marcação e das listas de espera.

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MINAS NOVAS - FMS MINAS NOVAS	97 535.949/0001-28

Recomendação: Executar o controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território e manter registros comprobatórios dessa ação, tais como: relatórios/planilhas de controle dos procedimentos oferecidos à população pela PPI (quantidades ou valores disponíveis e utilizados), bem como comprovantes da utilização de Protocolos Clínicos e de Regulação de Acesso, para organização das agendas/planilhas de marcação e das listas de espera, conforme previsto na Resolução de Consolidação CIT N° 1/2021, Anexo III, item 4.1.j; na Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, art.5º, inciso II e Art. 10, §3º, Inciso II.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MINAS NOVAS - FMS MINAS NOVAS	97 535.949/0001-28



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Regulação

Constatação Nº: 666731

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde não controla a referência de seus municípios a ser realizada em outros municípios.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se a existência de agendas/planilhas de marcação, bem como de demandas reprimidas/listas de espera de procedimentos ambulatoriais e hospitalares (consultas, exames e cirurgias), realizados pela PPI, em outros municípios, sendo que os principais são Diamantina e Belo Horizonte. Também existem agendas/planilhas de marcação de procedimentos realizados fora da PPI, como por exemplo, pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Jequitinhonha (CISAJE) em Diamantina e Capelinha.

Constatou-se que não ocorre controle dos procedimentos oferecidos à população pela PPI (quantidades ou valores disponíveis e utilizados). Além disso, constatou-se que as agendas/planilhas de marcação e as listas de espera não estão organizadas com base em critérios estabelecidos em Protocolos Clínicos e de Regulação de Acesso, visto que o município não possui esses instrumentos implantados.

Tal fato está em desacordo com a Resolução de Consolidação CIT Nº 1/2021, Anexo III, item 4.1.g e com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, IV.

Fonte da Evidência: * Agendas/planilhas de marcação de procedimentos ambulatoriais e hospitalares (consultas, exames e cirurgias), para outros municípios previstos na PPI e listas de espera para tais procedimentos, verificadas in loco e cópia de uma amostra;

*Relatórios extraídos do site da PPI/MG, da competência 04/2023. Foco de pesquisa: Origem - Minas Novas; Discriminar por: Município Atendimento. Disponíveis em: <http://ppiassistencial.saude.mg.gov.br/consulta-ppi>;

*Comprovantes do processo de regulação realizado no município, em 2023, verificados in loco e cópia de uma amostra;

* Termo de Entrevista do Sr. R.L.S., Secretário Municipal de Saúde, de 11/05/2023;

* Termo de Entrevista da Sra. E.C.G., responsável pelo Serviço de Tratamento Fora do Domicílio (TFD), de 11/05/2023.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício nº 260-2023/SMS, datado de 29/12/2023, o Sr. R.L.S. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Minas Novas) se manifestou da seguinte forma:

O Município controla o acesso por meio do setor de regulação municipal, em consonância com o Protocolo de regulação do acesso a consultas e exames especializadas. É bem verdade que as ferramentas de controle precisam ser aprimoradas, no entanto o Município já vem providenciando a melhoria na aplicabilidade do sistema existente, bem como na capacitação do pessoal.

Análise da Justificativa: O auditado informou que a Secretaria Municipal de Saúde controla a referência de seus municípios a ser realizada em outros municípios, por meio do setor de regulação municipal, em consonância com o Protocolo de regulação do acesso. Contudo, não apresentou documentação comprobatória de que a equipe de regulação realiza o controle dos procedimentos oferecidos à população pela PPI (quantidades ou valores disponíveis e utilizados), bem como utiliza Protocolos Clínicos e de Regulação de Acesso, para organização das agendas/planilhas de marcação e das listas de espera.

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MINAS NOVAS - FMS MINAS NOVAS	97 535.949/0001-28



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Recomendação: Controlar a referência de seus municípios a ser realizada em outros municípios e manter registros comprobatórios dessa ação, tais como: relatórios/planilhas de controle dos procedimentos oferecidos à população pela PPI (quantidades ou valores disponíveis e utilizados) e comprovantes da utilização de Protocolos Clínicos e de Regulação de Acesso, para organização das agendas/planilhas de marcação e das listas de espera, conforme previsto na Resolução de Consolidação CIT N° 1/2021, Anexo III, item 4.1.g e na Portaria de Consolidação N° 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, IV.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MINAS NOVAS - FMS MINAS NOVAS	97.535.949/0001-28

Grupo: Regulação

Constatação N°: 665685

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde não garante o acesso à população referenciada por outros municípios de acordo com a PPI.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que a SMS de Minas Novas possui pactuação para receber a população referenciada pelos seguintes municípios: Aricanduva, Berilo, Capelinha, Chapada do Norte, Francisco Badaró, Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado, Turmalina e Veredinha.

Na PPI existem procedimentos com finalidade diagnóstica, como ultrassonografias, radiografias e esofagogastroduodenoscopia; procedimentos clínicos como consulta médica em atenção especializada e terapia fonoaudiológica individual; procedimentos cirúrgicos como excisão de lesão e/ou sutura de ferimento da pele, anexos e mucosa, vasectomia e postectomia, além de procedimentos de outras programações como cirurgia geral, ginecologia e urologia.

De acordo com o Secretário Municipal de Saúde, no período de abrangência da auditoria (2022 e 2023), Minas Novas não recebeu população referenciada por outros municípios para realização de consultas e exames ambulatoriais. Recebeu essa população somente para cirurgias realizadas pelo Hospital Dr. Badaró Júnior; contudo a SMS não realiza agendamento nem controle de cotas desses procedimentos, mas somente autorização de AIHs referentes aos mesmos.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação N° 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, V e com a Portaria de Consolidação n° 1/2017, Título I, Art. 3º.

Fonte da Evidência: *Relatórios extraídos do site da PPI/MG, da competência 04/2023. Atendimento: Minas Novas; Discriminar por: Gestão/Município de Origem. Disponíveis em: <http://ppiassistencial.saude.mg.gov.br/consulta-ppi>; *Termo de Entrevista do Sr. R.L.S., Secretário Municipal de Saúde, de 11/05/2023.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício n° 260-2023/SMS, datado de 29/12/2023, o Sr. R.L.S. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Minas Novas) se manifestou da seguinte forma:

O Município encontra dificuldade em garantir o acesso à população de acordo com a cota da PPI, uma vez que os municípios de nossa referência não garantem a cota preestabelecida na PPI. A título de exemplo, a sede de macrorregião Jequitinhonha - Município de Diamantina não disponibiliza os procedimentos de cardiologia e neurologia de alta complexidade, conforme pactuado em CIB. Ressalta-se que é pauta frequente nas reuniões de CIB, tal qual em reuniões específicas para tratar do referido assunto, visando garantir o acesso à população ao serviço de saúde.

Análise da Justificativa: Em sua justificativa, o auditado ratifica a não conformidade apontada, uma vez que afirma que "o Município encontra dificuldade em garantir o acesso à população de acordo com a cota da PPI".

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MINAS NOVAS - FMS MINAS NOVAS	97 535.949/0001-28

Recomendação: Garantir o acesso à população referenciada por outros municípios de acordo com a PPI e manter registros comprobatórios do efetivo atendimento a essa população, conforme previsto na Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, V e na Portaria de Consolidação nº 1/2017, Título I, Art. 3º.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MINAS NOVAS - FMS MINAS NOVAS	97 535.949/0001-28

Grupo: Regulação Constatação Nº: 666750

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: O SCRA não participa da elaboração e revisão periódica da PPI.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que não houve revisão da PPI no período de abrangência da auditoria (2022 e 2023), tanto em relação às pactuações dos procedimentos oferecidos em Minas Novas (para população própria e referenciada), quanto em relação às pactuações realizadas com outros municípios, para atendimento à população própria.

Essa informação foi obtida da Assessoria de Governança Regional da Superintendência Regional de Saúde de Diamantina e confirmada com o Secretário Municipal de Saúde de Minas Novas. Segundo ele, os últimos remanejamentos ocorreram em 2019, não havendo necessidade de alterações posteriores.

Foram apresentados os pareceres das áreas técnicas da SES-MG dos últimos remanejamentos de PPI do município de Minas Novas, realizados em 2019.

Ressalta-se que não foram apresentados documentos técnicos referentes à avaliação dos pactos assistenciais atuais, realizada com base em critérios epidemiológicos, históricos, econômicos (incluindo a análise de produção), assim como na abertura e no fechamento de serviços e também em ações políticas, como o estabelecimento de convênios, contratos, parcerias, entre outros fatores, que confirmassem que não houve necessidade de alteração da PPI, no período de abrangência da auditoria (2022 e 2023).

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, X e com o Manual Técnico Remanejamento, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Versão Julho/2022 (texto na íntegra).

Fonte da Evidência: * E-mail da Assessoria de Governança Regional de 24/04/2023;

* Termo de Entrevista do Secretário Municipal de Saúde, Sr. R.L.S., de 11/05/2023;

* Parecer nº 456/SES/SUBREG-SCP-DPPI/2019, de 29/10/2019 da Diretoria de Programação Pactuada Integrada/SES/MG;

* Parecer nº 58/SES/SUBREG-SCP-DPPI-ROU/2019 de 02/12/2019 do Remanejamento Ordinário e de Urgência SUBREG/SES/MG.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício nº 260-2023/SMS, datado de 29/12/2023, o Sr. R.L.S. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Minas Novas) se manifestou da seguinte forma:

Está previsto para o primeiro semestre de 2024 a elaboração e revisão periódica da PPI, com a colaboração da equipe de



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



regulação.

Análise da Justificativa: O auditado informou que a revisão da PPI está prevista para o primeiro semestre de 2024. Contudo, não apresentou documento comprobatório da ocorrência de nenhuma iniciativa referente a essa ação, como, por exemplo, documentos técnicos que subsidiem a revisão da PPI.

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MINAS NOVAS - FMS MINAS NOVAS	97 535.949/0001-28

Recomendação: Participar da elaboração e da revisão periódica da PPI e manter documentos comprobatórios dessa ação, tais como: relatórios de remanejamentos e documentos técnicos que subsidiem a revisão da PPI, tanto em relação às pactuações dos procedimentos oferecidos em Minas Novas (para população própria e referenciada), quanto em relação às pactuações realizadas com outros municípios, para atendimento à população própria, conforme previsto na Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, X e no Manual Técnico Remanejamento, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Versão Julho/2022 (texto na íntegra).

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MINAS NOVAS - FMS MINAS NOVAS	97 535.949/0001-28

Grupo: Recursos Humanos

Constatação Nº: 666463

Subgrupo: Profissionais de Saúde

Item: Médico

Constatação: O profissional que autoriza as AIH cumpre os pré-requisitos previstos nas normativas do SUS.

Evidência: Verificou-se que o médico clínico T.P.J., portador do CRM **.412, foi contratado para prestação de serviços pela Prefeitura de Minas Novas, por meio do Contrato 034/2022 e Termo Aditivo nº 01 de 04/04/23 e foi formalmente designado para desempenhar a função de Autorizador de AIH, através da Portaria 003/SMS/2020.

Em declaração, o profissional informou que não mantém vínculo empregatício com o Hospital e que mantém atendimento clínico no CAPS-Agenor Santos e no CAPS-ad (Álcool e Drogas) de Minas Novas, além de atuar na Central de Regulação de Consulta e Exames Especializados, como Médico Regulador - Autorizador de AIH.

Em consulta ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) - Módulo Profissional, em 09/05/2023, por meio do Cartão Nacional de Saúde (CNS) Nº ***805549578***, verificou-se registros de cadastro do médico T.P.J, como médico clínico, médico do CAPS Agenor Santos e do CAPS AD.

Nos espelhos de AIH, do período de janeiro a março de 2023, confirmou-se que o mesmo exerce a função de autorizador de AIH.

Tal fato está de acordo com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, versão jan/2017 - Item 4.3- Aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º; a Resolução de Consolidação CIT Nº 1/2021, Anexo III, item 4.1. h e a Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.349./2021, Anexo Único, Inciso III.

Fonte da Evidência: * Carteira profissional do médico T.P.J. do Conselho Regional de Medicina (CRM) nº **.412;

* Consulta ao CNES, Vínculo, Profissionais em 09/05/23;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- * Contrato 034/2022;
- * Termo Aditivo nº 01, de 04/04/23;
- * Portaria 003/SMS/2020 de 02/01/20;
- * Declaração do Sr. T.P.J. em 09/05/23;
- * Espelhos de AIH, do período de janeiro a março de 2023.

Conformidade: Conforme

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 665589

Subgrupo: Assistência Ambulatorial

Item: Faturamento/Produção/cobranças SUS

Constatação: Existe profissional de Nível Superior da Área da Saúde formalmente designado para autorização de APAC.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se a existência de profissional de Nível Superior da Área da Saúde formalmente designado para autorização de APAC na Secretaria Municipal de Saúde de Minas Novas. Trata-se do médico T.P.J., registrado no Conselho Regional de Medicina (CRM) sob o número **.412, nomeado como responsável pela autorização de APAC, por meio da Portaria Municipal nº 005/SMS/2022, de 16/08/2022.

Foram verificadas APAC de hemodiálise emitidas no município, autorizadas de novembro de 2022 a março de 2023, bem como Sínteses de Produção de APAC, de janeiro a março/2023, extraídas do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS), que constam o médico T.P.J. como autorizador.

Tal fato está de acordo com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA/ SUS, versão Março/2010, Item 6.2.1, aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, art. 1º e 2º; com a Resolução de Consolidação CIT nº 1/2021, Anexo III, item 4.1.h e com a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.349/2021, Anexo Único, Inciso III.

Fonte da Evidência: * Carteira profissional do médico T.P.J. do Conselho Regional de Medicina nº **.412;
* Portaria Municipal nº 005/SMS/2022, de 16/08/2022, que designa o médico T.P.J. para autorização de APAC;
* APACs de hemodiálise físicas autorizadas de novembro de 2022 a março de 2023, verificadas in loco e cópia de uma amostra dessas APACs de dezembro/2022 e fevereiro/2023;
* Sínteses de Produção de APAC, apresentadas de janeiro a março/2023, extraídas do SIA/SUS.

Conformidade: Conforme

Grupo: Gestão Municipal

Constatação Nº: 666482

Subgrupo: Regulação

Item: Rotina de Trabalho

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde não monitora, fiscaliza e avalia a execução dos procedimentos realizados nos estabelecimentos por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial.

Evidência: Não foram apresentados à Equipe de Auditoria, documentos como atas de reuniões, relatórios de visitas, relatórios analíticos da execução e de indicadores, Pareceres e/ou Relatórios emitidos pelos Profissionais Autorizadores, relatórios quadrimestrais conforme contrato, dentre outros documentos que demonstrem o acompanhamento realizado pelo Serviço de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA) do Sistema Municipal de Saúde de Minas Novas.

Em Termo de entrevista, a Sra. R.B.S., responsável pelo SCRA e o Sr. R.L.S., Gestor de Saúde, confirmaram que a Secretaria Municipal de Saúde não monitora, nem fiscaliza e avalia a execução dos procedimentos realizados nos estabelecimentos próprios e conveniados, por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial.

Tal fato está em desacordo com a Resolução de Consolidação CIT Nº 1, de 30 de março de 2021, Anexo III, item 4.1.n; Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.349, de 17 de março 2021, Anexo Único, Inciso VI; Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso VI, inciso VIII e Art. 10, §3º, inciso XI.

Fonte da Evidência: * Termo de Entrevista do Secretário Municipal de Saúde, Sr. R.L.S., em 11/05/23;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



* Termo de Entrevista da Responsável pelo SCRA, Sra. R.B.S., em 09/05/23.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício nº 260-2023/SMS, datado de 29/12/2023, o Sr. R.L.S. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Minas Novas) se manifestou da seguinte forma:

A Secretaria Municipal de Saúde realiza o monitoramento, fiscalização e avaliação da execução dos procedimentos realizados nos estabelecimentos, por meio do serviço de regulação, além do processamento realizado pelo setor de processamento de dados e pagamento. Está sendo implementado instrumentos para registro do fluxo, a partir de 2024.

Análise da Justificativa: O auditado manifestou informando que realiza monitoramento, fiscalização e avaliação da execução dos procedimentos realizados nos estabelecimentos. Entretanto, não apresentou registros comprobatórios dessas ações. Além disso, o auditado informou que a partir de 2024 serão implementados instrumentos para registro do fluxo. Porém, não apresentou modelo prévio desses instrumentos.

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MINAS NOVAS - FMS MINAS NOVAS	97 535.949/0001-28

Recomendação: Monitorar, fiscalizar e avaliar a execução dos procedimentos realizados nos estabelecimentos por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial e manter registros comprobatórios dessa ação, tais como: atas de reuniões, relatórios de visitas, relatórios analíticos da execução e de indicadores, Pareceres e/ou Relatórios emitidos pelos Profissionais Autorizadores, conforme previsto na Resolução de Consolidação CIT N° 1, de 30 de março de 2021, Anexo III, item 4.1.n; na Deliberação CIB-SUS/MG N° 3.349, de 17 de março 2021, Anexo Único, Inciso VI; na Portaria de Consolidação N° 2/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso VI, inciso VIII e Art. 10, §3º, inciso XI.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MINAS NOVAS - FMS MINAS NOVAS	97 535.949/0001-28

Grupo: Regulação Constatação Nº: 666392

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Contratualização

Constatação: Existe Comissão de Acompanhamento da Contratualização com representantes da SMS e do hospital contratualizado (Hospital Dr. Badaró Júnior).

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que foi publicada a Portaria nº 01/SMS/2023, de 20/01/2023, nomeando a comissão de acompanhamento do contratualização, referente ao contrato firmado entre a SMS e o Hospital Dr. Badaró Júnior. A referida comissão é composta por três representantes da SMS e um representante do hospital.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação N° 2/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, Cap. II, Art. 5º, Inciso VII e Capítulo V, Seção IV, Art. 32, Caput.

Fonte da Evidência: *Cópia da Portaria nº 01/SMS/2023, de 20/01/2023.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação Constatação Nº: 666393

Subgrupo: Controle e Avaliação



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Item: Contratualização

Constatação: A composição da Comissão de Acompanhamento da Contratualização foi objeto de publicação no Diário Oficial do município ou publicação equivalente.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que a Portaria nº 01/SMS/2023, de 20/01/2023, que nomeia a comissão de acompanhamento da contratualização (referente ao contrato com o Hospital Dr. Badaró Júnior) foi publicada no quadro de avisos da SMS de Minas Novas, em 23/01/2023, conforme verificado em carimbo constante na própria Portaria, bem como em entrevista com o Sr. R.L.S., Gestor de Saúde.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, Art. 32, § 2º.

Fonte da Evidência: *Cópia da Portaria nº 01/SMS/2023, de 20/01/2023;

*Termo de Entrevista do Sr. R.L.S., Secretário Municipal de Saúde, de 11/05/2023.

Conformidade: Conforme

Grupo: Gestão Municipal

Constatação Nº: 666483

Subgrupo: Regulação

Item: Rotina de Trabalho

Constatação: A Comissão de Acompanhamento da Contratualização não monitora a execução das ações e serviços de saúde pactuados.

Evidência: A Comissão de Acompanhamento da Contratualização não monitora a execução das ações e serviços de saúde pactuados, junto ao seu prestador de serviços, o Hospital Dr. Badaró Júnior.

Em Entrevista realizada com a Sra. R.B.S., responsável pelo SCRA, e com o Gestor de Saúde, Sr. R.L.S., verificou-se que a Comissão de Acompanhamento da Contratualização não se encontra atuante no SCRA do município.

Ademais, não foram apresentados à Equipe de Auditoria documentos como relatórios que demonstrem a execução dos contratos, planilhas com análise do alcance dos indicadores pactuados, atas de reuniões com a análise das metas quali/quantitativas pactuadas e/ou outros documentos que demonstrem as atividades desenvolvidas pela Comissão.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, Art. 32, § 1º, incisos I a III.

Fonte da Evidência: - Termo de Entrevista do Secretário Municipal de Saúde, Sr. R.L.S., em 11/05/23;

- Termo de Entrevista da Responsável pelo SCRA, Sra. R.B.S., em 09/05/23.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício nº 260-2023/SMS, datado de 29/12/2023, o Sr. R.L.S. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Minas Novas) se manifestou da seguinte forma:

A Comissão de Acompanhamento da Contratualização realiza o monitoramento da execução das ações e serviços de saúde pactuados, conforme ata de reuniões do primeiro e segundo quadrimestre.

Análise da Justificativa: O auditado manifestou informando que a Comissão de Acompanhamento da Contratualização realiza o monitoramento da execução das ações e serviços de saúde pactuados com o prestador, Hospital Badaró Júnior e apresentou as atas das reuniões realizadas em 17 e 20/09/2023, referentes à avaliação do primeiro e do segundo quadrimestres de 2023. Durante as reuniões foram discutidos os resultados obtidos pelo prestador em relação às metas pactuadas, bem como analisadas as abordagens futuras para correção de falhas e melhoria de resultados.

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Responsável(eis)

Nome

CPF/CNPJ



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MINAS NOVAS - FMS MINAS NOVAS

97 535.949/0001-28

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 666485

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Acesso/Atendimento à Demanda

Constatação: Existe Comissão Municipal responsável pelo TFD formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde.

Evidência: Existe uma Comissão Municipal responsável pelo TFD, formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde, por meio da Portaria nº 007/SMS/2021, de 05/05/2021, artigo 2º, composta por um Médico Clínico, um Assistente Social e um Auxiliar Administrativo.

Tal fato está de acordo com a Portaria SAS/nº55/1999, art. 6º e a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 6º, Caput e § 4º.

Fonte da Evidência: - Portaria Municipal nº 007/SMS/2021, de 05/05/2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 666394

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Recursos Financeiros

Constatação: Os processos de pagamento do TFD foram concedidos exclusivamente a pacientes atendidos na rede pública e conveniada/contratada pelo SUS conforme legislação.

Evidência: Durante a auditoria operativa, verificou-se que a SMS de Minas Novas disponibiliza transporte para os pacientes que realizam Tratamento Fora do Domicílio (TFD). As grandes referências para esse tipo de atendimento são os municípios de Belo Horizonte e Diamantina. Verificou-se que, nesses locais, a SMS possui casa de apoio onde os pacientes ficam hospedados e recebem alimentação. Em casos esporádicos, a SMS disponibiliza ajuda de custo para pagamento de passagens rodoviárias. Foram analisados os processos de pagamentos do TFD para concessão dessas passagens, referentes ao período de janeiro a março de 2023, que demonstraram a disponibilização do benefício apenas aos usuários do SUS.

Tal fato está de acordo com a Portaria SAS/Nº 55/1999, Art. 1º, § 2 e Artigo 4º, com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Artigo. 6º, caput e § 4º e com o Manual de Procedimentos de TFD da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Conceito de TFD, pág.6.

Fonte da Evidência: *Processos de pagamento (notas de empenho, documentos pessoais, comprovantes de passagens e extratos bancários) de ajudas de custo concedidas a pacientes do TFD, dos meses de janeiro a março de 2023;

*Listas de usuários do TFD que utilizaram o transporte disponibilizado pela SMS, no período de janeiro a março de 2023;

*Termo de Entrevista do Gestor, Sr. R.L.S., de 11/05/2023.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 666395

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: O Fundo Municipal de Saúde (FMS) constitui-se em Unidade Orçamentária e Gestora dos recursos.

Evidência: Através da análise dos documentos apresentados pela SMS de Minas Novas: Leis Orçamentárias Anuais do município para os exercícios de 2022 e 2023, Quadros Demonstrativos das Despesas (QDD) referentes ao mesmo período, notas de empenhos, Lei Municipal N.º 815/91, que institui o Fundo Municipal de Saúde de Minas Novas e dá outras providências, bem como a situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 97.535.949/0001-28, averiguou-se



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



que o Fundo Municipal de Saúde (FMS) constitui-se em Unidade Orçamentária e Gestora dos Recursos, com natureza jurídica nº 133-3 (Fundo Público da Administração Direta Municipal).

Tal fato está de acordo com a Lei Complementar nº 141/2012, Artigo 14.

Fonte da Evidência: *Lei Orçamentária Anual para o ano de 2022 (Lei Municipal nº 2317, de 22/11/2021);
*Lei Orçamentária Anual para o ano de 2023 (Lei Municipal nº 2371, de 21/11/2022);
*Quadros Demonstrativos das Despesas (QDD) para os anos de 2002 e 2023;
*Cópias de notas de empenhos, referentes ao período de janeiro a março de 2023;
*Lei Municipal nº 815, de 04/02/1991;
*Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 97.535.949/0001-28, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, extraído em 24/03/2023.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 666396

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Gerenciamento

Constatação: Os recursos financeiros da contrapartida municipal não são movimentados em conta corrente vinculada ao CNPJ do FMS.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que os recursos da contrapartida municipal (conta corrente 58.053-8, Ag. 1097-9, Banco do Brasil) não são movimentados em conta corrente vinculada ao CNPJ do FMS (97.535.949/0001-28) e sim no CNPJ da Prefeitura Municipal (22.516.405/001-10).

Tal fato está em desacordo com a Lei Complementar nº 141, Artigo 2, Parágrafo único.

Fonte da Evidência: *Relação de contas do FMS;
*Ficha cadastral do CNPJ do FMS, extraído em 24/03/2023;
*Ficha cadastral do CNPJ da Prefeitura Municipal de Minas Novas, consultado em 10/05/2023;
*Documento expedido pelo Banco do Brasil, de 09/05/2023, em resposta a solicitação de informação da Prefeitura de Minas Novas;
*Termo de Entrevista do Secretário Municipal de Saúde, o Sr. R.L.S., de 11/05/2023;
*Extratos da conta corrente nº 58.053-8, Ag. 1097-9, BB do período de janeiro a março de 2023.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício nº 260-2023/SMS, datado de 29/12/2023, o Sr. R.L.S. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Minas Novas) se manifestou da seguinte forma:

Os recursos são movimentados em conta corrente do Fundo Municipal de Saúde, vinculado ao CNPJ do Município de Minas Novas. Quanto à vinculação da conta vinculado ao CNPJ do FMS, estamos aguardando parecer da assessoria.

Análise da Justificativa: Em sua justificativa, o auditado reconhece a irregularidade apontada, entretanto relata aguardar um parecer da assessoria do município para tomar providência.

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome

CPF/CNPJ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MINAS NOVAS - FMS MINAS NOVAS

97 535.949/0001-28

Recomendação: Movimentar os recursos financeiros da contrapartida municipal (15%) em conta corrente vinculada ao CNPJ do FMS, conforme previsto na Lei Complementar nº 141, Artigo 2, Parágrafo único.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MINAS NOVAS - FMS MINAS NOVAS	97.535.949/0001-28

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 666397

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Gerenciamento

Constatação: O Gestor Municipal de Saúde não ordena as despesas do FMS de Minas Novas.

Evidência: O Gestor de Saúde de Minas Novas (Sr. R.L.S.) foi nomeado para o cargo, por meio da Portaria Municipal nº 02, de 02/02/2017. Por meio da Portaria Municipal nº 17, de 22/01/2021, o gestor foi nomeado como ordenador de despesas do FMS. Contudo, ao analisar uma amostra de notas de empenho, referente ao período de janeiro a março de 2023, verificou-se que na grande maioria, o prefeito municipal têm assinado como ordenar despesas do fundo e não o gestor de saúde.

Tal fato está em desacordo com o Decreto Estadual nº 37.924, de 16/05/1996, Art.21; com o Decreto-Lei nº 200/1967, art. 80, § 1º; com a IN/DTN nº 10/91 e com a Lei Federal nº 8.080/90, art. 9º e art. 32, § 2º.

Fonte da Evidência: *Portaria Municipal nº 02/2017, de 02/01/2017;

*Portaria Municipal nº 17, de 22/01/2021;

*Notas de empenho, referentes ao período de janeiro a março de 2023;

*Processos de pagamentos: - Nota de Empenho nº 001/00570/2023, emitida em 03/01/23, Nota Fiscal nº 000.000.36, de 13/02/23 e comprovante de transferência bancária datado de 17/02/23; - Nota de empenho nº 001/00344/2023, emitida em 02/01/23, Nota Fiscal nº 000.000.177, de 02/02/23 e comprovante de transferência bancária datado de 17/02/23; - Nota de empenho nº 001/00343/2023, emitida em 02/01/23, Nota fiscal nº 000.045.460, de 06/02/23 e comprovante de transferência bancária de 15/02/23.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1: Por meio do Ofício nº 260-2023/SMS, datado de 29/12/2023, o Sr. R.L.S. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Minas Novas) se manifestou da seguinte forma:

A situação em questão já foi regularizada, sendo que os empenhos estão assinados pelo Gestor Municipal de Saúde, como ordenador de despesas do FMS de Minas Novas, conforme empenhos em anexo.

2: O Sr. A.G.S. não apresentou justificativa.

Análise da Justificativa: 1: O auditado se manifestou informando que a situação já foi regularizada. Em anexo, foram apresentadas algumas Notas de Empenho, nas quais o gestor de saúde consta como ordenador de despesas.

Avaliando-se a manifestação e os documentos apresentados, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MINAS NOVAS - FMS MINAS NOVAS	97 535.949/0001-28

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 666398

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Gerenciamento

Constatação: As autorizações de pagamento do FMS não são realizadas pelo gestor municipal de saúde.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Evidência: Ao proceder à análise de uma amostra de notas de empenho, referente ao período de janeiro a março de 2023, verificou-se que o gestor de saúde de Minas Novas não tem autorizado os pagamentos. Essa autorização tem sido feita pelo prefeito municipal.

Tal fato está em desacordo com o disposto no Decreto Estadual nº 37.924, de 16/05/1996, Art. 21.; e na Lei Federal N.º 8.080/90, Art. 9º e Art. 32, parágrafo 2º.

Fonte da Evidência: *Notas de empenho, referentes ao período de janeiro a março de 2023;

*Processos de pagamentos: - Nota de Empenho nº 001/00570/2023, emitida em 03/01/23, Nota Fiscal nº 000.000.36, de 13/02/23 e comprovante de transferência bancária datado de 17/02/23; - Nota de empenho nº 001/00344/2023, emitida em 02/01/23, Nota Fiscal nº 000.000.177, de 02/02/23 e comprovante de transferência bancária datado de 17/02/23; - Nota de empenho nº 001/00343/2023, emitida em 02/01/23, Nota fiscal nº 000.045.460, de 06/02/23 e comprovante de transferência bancária de 15/02/23.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1: Por meio do Ofício nº 260-2023/SMS, datado de 29/12/2023, o Sr. R.L.S. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Minas Novas) se manifestou da seguinte forma:

A situação em questão já foi regularizada, sendo que os pagamentos estão sendo autorizados pelo Gestor Municipal de Saúde, como ordenador de despesas do FMS de Minas Novas, conforme empenhos em anexo.

2: O Sr. A.G.S. não apresentou justificativa.

Análise da Justificativa: 1: O auditado se manifestou informando que a situação já foi regularizada e que o gestor de saúde tem autorizado os pagamentos das despesas da saúde. Entretanto, foram encaminhadas algumas Notas de Empenho, em anexo, sendo verificado nessas Notas que no campo "Ordem de pagamento" consta a assinatura do Prefeito Municipal. Entende-se, portanto, que as autorizações de pagamento não têm sido feitas pelo gestor de saúde.

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MINAS NOVAS - FMS MINAS NOVAS	97.535.949/0001-28

Recomendação: O Gestor de saúde deve realizar as autorizações de pagamento das despesas da saúde, conforme previsto no Decreto Estadual nº 37.924, de 16/05/1996, Art. 21.; e na Lei Federal N.º 8.080/90, Art. 9º e Art. 32, parágrafo 2º.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MINAS NOVAS - FMS MINAS NOVAS	97.535.949/0001-28

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 666399

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: O contrato firmado com o prestador hospitalar (Hospital Dr. Badaró Júnior) dispõe das cláusulas e condições exigidas em legislação.

Evidência: Durante a auditoria, constatou-se que existe um contrato celebrado entre o Município de Minas Novas e o Hospital Dr. Badaró Júnior, por meio do qual a referida unidade foi contratada para prestação de serviços hospitalares ao SUS



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Municipal. Trata-se do Contrato nº 099/2019, de 29/11/2019, com vigência de 60 meses. O referido contrato foi assinado pelo Prefeito, juntamente com o Gestor de Saúde do município. Ademais, o contrato foi aditivado tempestivamente, sendo que o último termo assinado foi o Termo Aditivo nº 14, de 16/02/2023. Após análise documental, verificou-se que o referido contrato está devidamente formalizado e dispõe de todas as cláusulas exigidas, conforme legislação.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação N.º 01/2017 - Artigos 130 ao 142; Anexo XXIV - Capítulo III - Art. 32 § 1º, artigos 34, 35 e 36; e com a Lei 8666/93, Art.54, parágrafo 1º, Art. 55.

Fonte da Evidência: *Cópia do Contrato nº 099/2019, de 29/11/2019, celebrado entre o Município de Minas Novas e o Hospital Dr. Badaró Júnior;
*Cópia do Termo Aditivo nº 14, de 16/02/2023.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros Constatação Nº: 666591
Subgrupo: Licitação
Item: Procedimento

Constatação: O Contrato formalizado com o prestador hospitalar de Serviços ao SUS (Hospital Dr. Badaró Júnior) foi precedido de Processo Licitatório, conforme legislação aplicável.

Evidência: Em análise documental, constatou-se a formalização de processo administrativo licitatório para compra de serviços de saúde hospitalares pela SMS de Minas Novas, por meio do Contrato nº 099/2019, de 29/11/2019. Trata-se do processo licitatório, na modalidade inexigibilidade, Processo Administrativo nº 112/2019.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 1/2017, art. 132, caput; e com a Lei nº 14.133/2021, Art.190.

Fonte da Evidência: *Cópia do Contrato nº 099/2019, de 29/11/2019;
*Cópia do Processo Administrativo Licitatório nº 112/2019.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros Constatação Nº: 666594
Subgrupo: Licitação
Item: Procedimento

Constatação: O processo licitatório do contrato formalizado com o prestador hospitalar de serviços ao SUS (Hospital Dr. Badaró Júnior) está devidamente instruído, conforme legislação aplicável.

Evidência: Em análise documental, verificou-se que o Processo Administrativo Licitatório nº 112/2019, na modalidade inexigibilidade, está devidamente instruído, conforme legislação. O referido processo licitatório está devidamente autuado, protocolado e numerado; possui identificação sucinta do objeto de contratação e dos recursos financeiros para a despesa; possui parecer jurídico e foi homologado. Ressalta-se que consta na documentação apresentada, a Portaria Municipal nº 26, de 18/03/2019, para o exercício de 2019, que nomeia a Comissão Permanente de Licitação.

Tal fato está de acordo com a Lei 8.666/1993, Art. 24, Art. 25, Art 26 e Art. 38, inciso III.

Fonte da Evidência: *Cópia do Processo Administrativo Licitatório nº 112/2019;
*Cópia da Portaria Municipal nº 26, de 18/03/2019.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros Constatação Nº: 666794
Subgrupo: Fundo de Saúde
Item: Movimentação financeira

Constatação: Desvio de finalidade de recursos financeiros do FMS de Minas Novas (conta corrente 58.053-8, Ag 1097-9, BB) para pagamentos de auxílio financeiro a usuários dos SUS, em desacordo com a legislação vigente.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Evidência: À análise de uma amostra de processos de pagamentos, referente ao período de janeiro a março de 2023, constatou-se que a SMS de Minas Novas realizou pagamentos de auxílios financeiros para usuários do SUS, que de acordo com relatório da assistente social se encontravam em dificuldade financeira. Esse auxílio financeiro foi repassado aos usuários para pagamentos de procedimentos ambulatoriais e/ou compra medicamento na rede privada de saúde, conforme o descrito nas Notas de Empenho, tendo como justificativa que os mesmos não eram custeados pelo SUS. Para pagamento dos valores recebidos pelos usuários, foram utilizados recursos da conta da contrapartida municipal 15% (conta corrente 58.053-8, Ag. 1097-9, Banco do Brasil).

De acordo com a legislação vigente, somente são consideradas ações e serviços públicos de saúde aquelas ações que obedecem ao princípio do acesso universal, igualitário e gratuito. Esses auxílios financeiros se configuram como ações de assistência social.

Os seguinte pagamentos ocorreram conforme demonstrado abaixo:

- 1- Pagamento ao usuário V.P.J. para realização de exame de histerossalpingografia - nota de empenho nº 326/2023 - Valor de R\$ 650,00 - Mediante transferência bancária no dia 24/01/2023;
- 2 - Pagamento ao usuário M.P.S. para compra de medicamento Saxenda - nota de empenho nº 01544/2023 - Valor de R\$ 445,00 - Mediante transferência bancária no dia 24/01/2023;
- 3 - Pagamento ao usuário J.E.S. para realização de exame de cintilografia miocárdica - nota de empenho nº 01560/2023 - Valor de R\$ 2.581,00 - Mediante transferência bancária no dia 01/03/2023;
- 4 - Pagamento ao usuário M.S.S. para realização de exame de endoscopia digestiva alta - nota de empenho nº 01667/2023 - Valor de R\$ 481,38 - Mediante transferência bancária no dia 01/03/2023;
- 5 - Pagamento ao usuário G.M.L.P. para realização de exame de tomografia coxofemural esquerda - nota de empenho nº 01669/2023 - Valor de R\$ 440,00 - Mediante transferência bancária no dia 03/03/2023;
- 6 - Pagamento ao usuário M.F.G. para realização de exame de eletroneuromiografia de membros superiores - nota de empenho nº 01894/2023 - Valor de R\$ 550,00 - Mediante transferência bancária no dia 13/03/2023;

Tal fato está em desacordo com a Lei Complementar 141, de 13/01/2012, Artigo 2º e Artigo 4º, incisos III e VIII.

Fonte da Evidência: *Cópias dos Processos de pagamentos (empenhos, documentos pessoais, relatórios da assistência social e extratos bancários) dos auxílios financeiros concedidos aos usuários V.P.J.; M.P.S.; J.E.S.; M.S.S.; G.M.L.P.; e M.F.G. referentes às seguintes Notas de Empenho: nº 326/2023, nº 01544/2023, nº 01667/2023, nº 01669/2023, nº 01560/2023 e nº 01894/2023).

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1: Por meio do Ofício nº 260-2023/SMS, datado de 29/12/2023, o Sr. R.L.S. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Minas Novas) se manifestou da seguinte forma:
O Município providenciará a medida corretiva de devolução pela SMS Minas Novas, com recursos próprios, do valor apurado pela Auditoria Assistencial, devidamente atualizado.

2: O Sr. A.G.S. não apresentou justificativa.

Análise da Justificativa: 1: Em sua justificativa, o auditado reconheceu a não conformidade ocorrida e se propôs a realizar a medida corretiva decorrente da não conformidade, a fim de elidir os efeitos financeiros do desvio de finalidade ocorrido. Contudo, não apresentou documentação comprobatória acerca da execução da medida corretiva.

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita e medida corretiva de devolução pela SMS Minas Novas, com recursos próprios, do valor original de R\$ 5.147,38 (Cinco mil cento e quarenta e sete reais e trinta e oito centavos) ao Fundo Municipal de Saúde, conforme indicado no capítulo de PROPOSIÇÃO DA DEVOLUÇÃO deste relatório. O valor original deverá ser atualizado utilizando o Sistema de Débito do TCU (Programa de Atualização de Débito do Tribunal de Contas da União no endereço:



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



<https://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces>).

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MINAS NOVAS - FMS MINAS NOVAS	97.535.949/0001-28

Recomendação: 1- Providenciar a devolução imediata, ao Fundo Municipal de Saúde, com Recursos Próprios, do valor original de R\$ 5.147,38, devidamente atualizado, conforme indicado no capítulo de PROPOSIÇÃO DA DEVOLUÇÃO deste relatório. O valor original deverá ser atualizado utilizando o Sistema de Débito do TCU (Programa de Atualização de Débito do Tribunal de Contas da União - TCU no endereço: <https://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces>)

2- Utilizar os recursos financeiros do FMS conforme previsto na Lei Complementar 141, de 13/01/2012, Artigo 2º e Artigo 4º, incisos III e VIII.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MINAS NOVAS - FMS MINAS NOVAS	97.535.949/0001-28

VI - PROPOSIÇÃO DA DEVOLUÇÃO

1- Prejuízo: Não

1.1- Fundo de Origem: Municipal

1.1.1- Devolução p/ o Fundo: Municipal

1.1.1.1- Bloco de Financiamento: Não financiado por bloco

Data Fato Gerador: 24/01/2023 Devolução Nº: 415943 Constatação Nº: 666794

Complemento do Bloco: Desvio de finalidade de recursos financeiros da contrapartida municipal 15%. Conta corrente 58.053-8, Ag. 1097-9, Banco do Brasil.

Documentos Comprobatórios: Nota de empenho, em anexo a ordem bancária.

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
Nota de Empenho	326	Uso indevido de recursos financeiros da contrapartida municipal para repasse como auxílio financeiro a usuário do SUS (V.P.J.), para pagamento de exame de histerossalpingografia na rede privada de saúde.	650,00

Fundamento Legal: Lei Complementar 141, de 13/01/2012 (Artigo 2º e Artigo 4º, incisos III e VIII).

Total da Data do Fato Gerador: 24/01/2023

650,00

Data Fato Gerador: 24/02/2023 Devolução Nº: 415944 Constatação Nº: 666794

Complemento do Bloco: Desvio de finalidade de recursos financeiros da contrapartida municipal 15%. Conta corrente 58.053-8, Ag. 1097-9, Banco do Brasil.

Documentos Comprobatórios: Nota de Empenho, anexo ordem bancária



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
Nota de Empenho	1544	Uso indevido de recursos financeiros da contrapartida municipal para repasse como auxílio financeiro a usuário do SUS (M.P.S.), para aquisição de medicamento Saxenda na rede privada de saúde. Fundamento Legal: Lei Complementar 141, de 13/01/2012 (Artigo 2º e Artigo 4º, incisos III e VIII).	445,00

Total da Data do Fato Gerador: 24/02/2023

445,00

Data Fato Gerador: 01/03/2023 Devolução Nº: 415952 Constatação Nº: 666794
Complemento do Bloco: Desvio de finalidade de recursos financeiros da contrapartida municipal 15%. Conta corrente 58.053-8, Ag. 1097-9, Banco do Brasil.
Documentos Comprobatórios: Nota de empenho, anexo ordem bancária

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
Nota de Empenho	1667	Uso indevido de recursos financeiros da contrapartida municipal para repasse como auxílio financeiro a usuário do SUS (J.E.S.), para pagamento de exame de cintilografia miocárdica na rede privada de saúde. Fundamento Legal: Lei Complementar 141, de 13/01/2012 (Artigo 2º e Artigo 4º, incisos III e VIII).	2.581,00
Nota de Empenho	1669	Uso indevido de recursos financeiros da contrapartida municipal para repasse como auxílio financeiro a usuário do SUS (M.S.S.), para pagamento de exame de endoscopia digestiva alta na rede privada de saúde. Fundamento Legal: Lei Complementar 141, de 13/01/2012 (Artigo 2º e Artigo 4º, incisos III e VIII).	481,38

Total da Data do Fato Gerador: 01/03/2023

3.062,38

Data Fato Gerador: 03/03/2023 Devolução Nº: 415945 Constatação Nº: 666794
Complemento do Bloco: Desvio de finalidade de recursos financeiros da contrapartida municipal 15%. Conta corrente 58.053-8, Ag. 1097-9, Banco do Brasil.
Documentos Comprobatórios: Nota de Empenho, anexo ordem bancária

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
Nota de Empenho	1560	Uso indevido de recursos financeiros da contrapartida municipal para repasse como auxílio financeiro a usuário do SUS (G.M.L.P.), para pagamento de tomografia computadorizada - coxofemural esquerda na rede privada de saúde.	440,00



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Fundamento Legal: Lei Complementar 141, de 13/01/2012 (Artigo 2º e Artigo 4º, incisos III e VIII).

Total da Data do Fato Gerador: 03/03/2023

440,00

Data Fato Gerador: 13/03/2023 Devolução Nº: 415953 Constatação Nº: 666794
Complemento do Bloco: Desvio de finalidade de recursos financeiros da contrapartida municipal 15%. Conta corrente 58.053-8, Ag. 1097-9, Banco do Brasil.
Documentos Comprobatórios: Nota de empenho, anexo ordem bancária

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
Nota de Empenho	1894	Uso indevido de recursos financeiros da contrapartida municipal para repasse como auxílio financeiro a usuário do SUS (M.F.G.), para pagamento de exame de eletroneuromiografia dos membros superiores na rede privada de saúde.	550,00

Fundamento Legal: Lei Complementar 141, de 13/01/2012 (Artigo 2º e Artigo 4º, incisos III e VIII).

Total da Data do Fato Gerador: 13/03/2023

550,00

Total do Bloco de Financiamento: Não financiado por bloco

5.147,38

Total do Fundo p/ Devolução: Municipal

5.147,38

Total Fundo de Origem: Municipal

5.147,38

Total Prejuízo: Não

5.147,38

Total Geral:

5.147,38

Qualificação do(s) Responsável(eis)

Nome: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MINAS NOVAS - FMS MINAS NOVAS

CNPJ: 97 535.949/0001-28

Endereço Comercial: MINAS NOVAS/MG

Devolução Nº(s): 415943, 415944, 415945, 415952, 415953



VII - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 03/10/2023

Ofício Nº: 6042023

Data: 03/10/2023

VIII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO

Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº 604/2023, de 03/10/2023, foi encaminhado o Relatório Preliminar de Auditoria nº 717 à Secretaria Municipal de Saúde de Minas Novas para conhecimento e manifestação, o qual foi recebido em 16/10/2023, conforme Aviso de Recebimento dos Correios. Foram também encaminhados os Ofícios SES/AUDSUS nº 605/2023 e nº 606/2023, juntamente com o Relatório Preliminar, aos Srs. R.L.S. e A.G.S. (pessoas físicas responsabilizáveis à época dos fatos) para conhecimento e manifestação, os quais foram recebidos, respectivamente, nos dias 19/10 e 20/10/2023, conforme Avisos de Recebimento dos Correios.

Por meio do Ofício nº 228-2023/SMS, de 30/10/2023, a SMS de Minas Novas solicitou prorrogação de prazo para apresentar manifestação em 1ª instância, o qual foi concedido por meio do Ofício SES/URSDIA-ARAS-SUS/MG nº 13/2023, de 31/10/2023.

Por meio do Ofício nº 260-2023/SMS, de 29/12/2023, o Sr. R.L.S. (pessoa física) e representante legal da SMS de Minas Novas (pessoa jurídica) apresentou manifestação em 1ª Instância, com relação às constatações não conformes registradas no Relatório Preliminar de Auditoria. Essa manifestação foi analisada pela equipe responsável pela auditoria.

O Sr. A.G.S. não apresentou manifestação em 1ª Instância.

O Relatório Final de Auditoria foi elaborado e será encaminhado à pessoa jurídica, bem como às pessoas físicas responsáveis, sendo-lhes assegurado o direito à ampla defesa e contraditório em 2ª instância.

IX - CONCLUSÃO

A auditoria na Secretaria Municipal de Saúde de Minas Novas foi realizada de acordo com o Regulamento do Sistema de Auditoria Assistencial da Secretaria de Estado de Saúde, aprovado pela Resolução SES-MG nº 2.906, de 24/08/2011.

Transcorridas todas as etapas do processo de auditoria, a equipe concluiu que os objetivos foram alcançados, com a verificação e detecção de:

- Inexistência do Componente Municipal de Auditoria;
- Falhas na estruturação e funcionamento do Serviço de Controle, Avaliação e Regulação (SCRA), a saber: Ausência de implantação dos protocolos clínicos e de regulação do acesso; falta de capacitação de forma permanente dos profissionais do Serviço de Controle, Regulação e Avaliação e das equipes das unidades de saúde, pelo SCRA; falha na execução do controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território; falha no controle da referência de seus munícipes a ser realizada em outros municípios; ausência de garantia do acesso à população referenciada por outros municípios de acordo com a PPI; falta de participação do SCRA na elaboração e revisão periódica da PPI; falta de monitoramento, fiscalização e avaliação da execução dos procedimentos realizados nos estabelecimentos por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial; e
- Irregularidades na gestão do Fundo Municipal de Saúde.

O presente processo de auditoria continuará em tramitação, garantindo ao auditado o direito de defesa em segunda instância.

Recomenda-se que a Secretaria Municipal de Saúde mantenha a observância aos preceitos legais, com vistas à garantia da qualidade da atenção prestada aos usuários do SUS.



ENCAMINHAMENTOS

Encaminhamento de Relatório Final de Auditoria nº 717 para conhecimento e manifestação em segunda instância:

- 1- Ofício de Aplicação de penalidade à Secretaria Municipal de Saúde de Minas Novas (pessoa jurídica);
- 2- Ofício de Notificação ao Sr. R.L.S. (pessoa física);
- 3- Ofício de Notificação ao Sr. A.G.S. (pessoa física).

Após transcorridas todas as fases do processo administrativo, também será dada ciência dos resultados dessa auditoria:

- 1- Ao Conselho Municipal de Saúde de Minas Novas;
- 2- À Superintendência Regional de Saúde de Diamantina.





X - FOLHA DE ASSINATURA

Equipe:

Nome

CPF

